



AGROECOLOGIA, CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO E AS CONEXÕES NECESSÁRIAS PARA A REIVINDICAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA POPULAR

Fernanda Aparecida Matheus¹

RESUMO

O debate sobre a reforma agrária transpassou todo o século XX e no Brasil, apesar dos esforços das classes detentoras do poder e dos meios de produção, não só continua atual, como tem se tornado urgente. E neste sentido, tem sido pautado e ressignificado pelas camponesas e camponeses e suas organizações, a exemplo do programa de Reforma Agrária Popular, em construção, desde uma perspectiva de agregar princípios e práticas que extrapolam os interesses e necessidades das famílias diretamente beneficiadas por um processo de distribuição de terras e do desenvolvimento do capital na agricultura. Aspectos como a questão ambiental, a garantia do acesso universal das populações a alimentação saudável e a proposição de novas formas de relação sociedade-natureza e de sociabilidade entre os seres humanos estão sendo incorporados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na reivindicação da reforma agrária, como forma de se contrapor a um modelo de sociedade organizada a partir da lógica da produção do lucro acima da vida. E, é por esta seara que este artigo se propõe a caminhar, sua elaboração se deu a partir de revisão bibliográfica, entrevistas e observação participante e tem como base a pesquisa de doutorado em Geografia, em andamento na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências e Tecnologia (UNESP-FCT), sobre as contribuições dos circuitos curtos de comercialização para a territorialização da Reforma Agrária Popular e da agroecologia no estado de São Paulo.

Palavras-chave: Assentamentos, Sistemas alimentares, Classe trabalhadora.

RESUMEN

El debate sobre la reforma agraria fue permanente durante el siglo XX. En Brasil, a pesar de los esfuerzos de las clases que controlan el poder y los medios de producción, no sólo continua actual, sino que, se ha tornado urgente. En este sentido, ha sido pautado y resignificado por los campesinos y campesinas y sus organizaciones, por ejemplo, en programas como la Reforma Agraria Popular en construcción, desde una perspectiva de agregar principios y prácticas que extrapolan los intereses y necesidades de las familias directamente beneficiadas por el proceso de distribución de tierras y del desarrollo del capital en la agricultura. Aspectos como la cuestión ambiental, la garantía del acceso universal de las poblaciones a la alimentación saludable y la propuesta de nuevas formas de relación sociedad-naturaleza y de socialización entre los seres humanos, están siendo incorporados por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) en la reivindicación de la Reforma Agraria, como forma de oponerse a un modelo de sociedad organizada a partir de la lógica de producción de lucro a costas de la vida. Así, se propone la elaboración de este artículo a partir de la revisión bibliográfica, entrevistas y observación participante, con base en la investigación de doctorado en Geografía en curso, en la Universidad Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Facultad de Ciencias y Tecnología (UNESP-FCT), dedica al estudio de las contribuciones de los circuitos cortos

¹ Doutoranda em Geografia – UNESP/FCT, bolsista CAPES. Engenheira agrônoma - UFRRJ, mestre em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe – UNESP/IPPRI-ENFF. Email: fernanda.matheus@unesp.br



de comercialización para la territorialización de la Reforma Agraria Popular y de la Agroecología en el estado de San Paulo.

Palabras clave: Assentamentos, Sistemas alimentares, Classe trabalhadora.

INTRODUÇÃO

O presente artigo propõe uma interpretação da reforma agrária no Brasil, na atualidade, em seus aspectos relacionados à produção agroecológica e organização de formas de comercialização nos assentamentos, pelos movimentos socioterritoriais (FERNANDES, 2000), como instrumento de disputa territorial (RAFFESTIN, 1993; FERNANDES, 2000; 2007), vinculada à proposição de formas de gestão e uso do território (MARTINS, 2017) integrado a uma perspectiva de desenvolvimento societário pautado pela responsabilidade socioambiental (MARTINS, 2005) e a busca do bem comum (HOURTART, 2011).

A partir desta abordagem temos por objetivo ao longo deste trabalho desenvolver uma reflexão teórica e discutir as possíveis e necessárias conexões entre os processos de organização das experiências de circuitos curtos de comercialização envolvendo famílias assentadas com o debate sobre a Reforma Agrária Popular e da agroecologia no estado de São Paulo.

As análises e dados apresentados neste artigo compõe parte do processo de pesquisa de doutorado, em desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em Geografia, na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Tecnologia (UNESP-FCT), intitulado: Circuitos curtos de comercialização e suas contribuições ao processo de espacialização e territorialização da Reforma Agrária Popular e da agroecologia no estado de São Paulo, sob orientação do professor Carlos Alberto Feliciano. Os trabalhos de campo estão sendo desenvolvidos nas regiões de Ribeirão Preto, Sorocaba, Pontal do Paranapanema e Promissão, conforme a delimitação territorial proposta pelo MST para articulação política no estado de São Paulo, dados da pesquisa nos indicam que das dez regiões: Campinas, Grande São Paulo, Iaras, Itapetininga, Ribeirão Preto, Sorocaba, Sudoeste, Pontal do Paranapanema, Promissão e Vale do Paraíba, onde o MST está organizado no estado, nestas 4 regiões as experiências de circuitos curtos de comercialização estão mais avançadas.

Os procedimentos metodológicos adotados foram: revisão bibliográfica, trabalho de campo, com participação no Encontro Nacional de Mulheres do MST (março/2020), no



Encontro Regional do MST no Pontal do Paranapanema (janeiro/2020); acompanhamento, observação e participação na organização das experiências de circuitos curtos de comercialização na região do Pontal do Paranapanema e entrevistas com dirigentes do MST no estado de São Paulo, o coordenador da Rede Armazém do Campo e assentados e assentadas nas regiões de Ribeirão Preto, Sorocaba, Pontal do Paranapanema e Promissão.

Em função da pandemia, os trabalhos de campo foram realizados de forma presencial até o dia 10 de março de 2020. Posteriormente as entrevistas têm sido efetuadas de forma remota, através das ferramentas meet e na impossibilidade devido as dificuldades de acesso a internet, por parte das entrevistadas e dos entrevistados, utilizamos mensagens de voz ou de texto via whats app, de acordo com a maior conveniência às colaboradas e colaboradores. Também adotamos o acompanhamento às redes sociais do MST, do Armazém do Campo e das organizações de base – grupos de comercialização e cooperativas, assim como de seus dirigentes como procedimento metodológico, na tentativa de amenizar as perdas, ocasionadas pela impossibilidade de realização de trabalho de campo, neste período.

O texto será organizado em três tópicos, além da introdução e das considerações finais. No tópico “A reforma agrária no século XX e a construção do debate da Reforma Agrária Popular”, vamos discorrer sobre o conceito de reforma agrária clássica e a construção da concepção de Reforma Agrária Popular, que tem sido empreendida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e seus aliados; no tópico “As relações entre Reforma Agrária Popular, agroecologia e circuitos curtos de comercialização” serão analisados os pontos de convergência entre a Reforma Agrária Popular, a agroecologia e os circuitos curtos de comercialização para a promoção da soberania alimentar em seus aspectos da garantia do direito humano a alimentação saudável e dos cuidados com a natureza. Já no tópico “As experiências de circuitos curtos de comercialização no contexto da Reforma Agrária Popular no estado de São Paulo” discutiremos como as experiências de comercialização que estão sendo desenvolvidas pelas famílias assentadas, a partir da dinâmica que promove o contato direto entre produtores e consumidores podem se constituir em instrumentos políticos de articulação entre os segmentos da classe trabalhadora no campo e na cidade.



A REFORMA AGRÁRIA NO SÉCULO XX E A CONSTRUÇÃO DO DEBATE DA REFORMA AGRÁRIA POPULAR

As reformas agrárias realizadas no século XX em diversos países capitalistas, denominadas de reformas agrárias burguesas clássicas, se constituíram em políticas de governo e de Estado com objetivos de promover mudanças na estrutura da propriedade e da produção agrícola, impulsionar processos de industrialização e desenvolver o mercado interno (STEDILE, 2020). Esses processos pretendiam romper com os resquícios feudais na agricultura e se caracterizaram, via de regra, por uma ampla distribuição de terras aos camponeses, para que estes pudessem de forma integrada na dinâmica capitalista, produzir alimentos baratos e assim contribuir para o controle dos salários da classe trabalhadora nas cidades, além de se constituir como potencial consumidor.

Para Germer (2007, p.45)

As reformas agrárias burguesas situam-se na transição para o capitalismo, e constituem na instituição da propriedade burguesa da terra, como elemento constituinte desta transição, sendo para isto necessário que estas sejam transferidas das mãos dos proprietários pré-capitalistas antigos para as mãos da burguesia agrária em ascensão. Ou seja, com a reforma agrária burguesa a burguesia agrária assume a direção da agricultura e esta assume um caráter especificamente capitalista.

Nesta perspectiva, uma reforma agrária burguesa não se aplica na realidade brasileira contemporânea, visto que no Brasil,

estas terras já se encontram em poder da burguesia agrária, segmento agrário da burguesia brasileira, com elevado grau de centralização, e a força de trabalho que explora é assalariada. Não há sentido, portanto, em uma reforma agrária burguesa, cujo sentido histórico é transferir a propriedade das terras agrícolas para a burguesia, pois esta já as possui (GERMER, 2007, p.45).

No Brasil os interesses coloniais e do latifúndio foram capazes de se articular política e economicamente e garantir a manutenção de uma estrutura fundiária concentrada, voltada à produção de produtos destinados à agroexportação, em um sistema de agricultura baseado em precárias condições de trabalho, na monocultura e na degradação dos recursos naturais (CASTRO, 1959). De tal modo, que a realização de reforma agrária no país foi historicamente descartada pelo Estado brasileiro influenciado e controlado pela classe detentora das terras e demais meios de produção.

Todo esse processo, que se deu a partir da associação entre o capital agrário, industrial e financeiro, permitiu ao capitalismo se expandir na agricultura, promover avanços tecnológicos e elevar a produtividade sem democratizar a renda, a terra, as riquezas e o poder



(FERNANDES, 2007; MARTINS, 2017), deixando para o conjunto da sociedade um lastro de pobreza, miséria, degradação social, econômica e ambiental tanto no campo, quanto na cidade (ALENTEJANO, 2003; 2020). Dinâmica essa que sustenta e é sustentada na atualidade pelo agronegócio (PORTO-GONÇALVES; LEÃO, 2020).

Tal modelo de desenvolvimento da agricultura pautado pela lógica do agronegócio se caracteriza pela intensa ação das corporações transnacionais (MCMICHAEL, 2016), promove uma agricultura cada vez mais tecnicizada e lucrativa, sem, entretanto, democratizar os resultados desta produção e promover desenvolvimento socioambiental (FERNANDES, 2007) e o bem comum da sociedade. Assim, a agricultura não produz alimentos, produz *commodities*, mercadorias destinadas à exportação com os preços definidos internacionalmente no mercado global (MCMICHAEL, 2016; SILVA, 2021).

Contrariando tal perspectiva e partindo da constatação da impossibilidade conjuntural e histórica de uma reforma agrária burguesa clássica no país, os movimentos socioterritoriais (FERNANDES, 2000), de modo particular, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e parte do segmento acadêmico, propõe a construção de um programa de Reforma Agrária Popular, que tem como pressuposto a defesa do alimento como direito humano não submetido a lógica do lucro e a agroecologia como base fundamental para organização da produção, como condições primordiais para concretização das mudanças estruturais necessárias para “construção de relações de produção que eliminem a exploração, a concentração da propriedade privada, a injustiça e as desigualdades” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2014, p.33).

O programa de Reforma Agrária Popular como parte da dinâmica de conflitos e disputa pelo controle da terra, do território, dos bens da natureza, da tecnologia (FERNANDES, 2007; RAFFESTIN, 1993), da lógica de gestão e uso dos territórios e de concepção de projeto societário impõe aos movimentos socioterritoriais o desafio da constituição de alianças entre os distintos segmentos da classe trabalhadora em torno da defesa e da reivindicação da reforma agrária como projeto político amplo, capaz de dialogar com os interesses e necessidades sociais, econômicas, ambientais e culturais das trabalhadoras e dos trabalhadores na cidade e no campo (THOMAZ JR., 2006; BARTRA VÉRGES, 2011). Para tanto, exige metodologias de organização, trabalho e lutas que promovam o diálogo e a articulação campo-cidade, contexto em que, na nossa interpretação, se inserem as experiências de agroecologia e circuitos curtos de comercialização.



AS RELAÇÕES ENTRE REFORMA AGRÁRIA POPULAR, AGROECOLOGIA E CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO

A humanidade tem enfrentado, atualmente, uma crise, não apenas em termos econômicos e sociais, mas também alimentar, político, cultural, ambiental e ético como consequência da tentativa das grandes corporações transnacionais em controlar todo o processo de produção, processamento, distribuição e consumo de alimentos no mundo, desde a lógica do capital (PLOEG, 2008; CHEMNITZ; LUIG; SCHIMPF, 2017).

De acordo com Darolt, Lamine, Brandenburg (2013) a crise do modelo agroalimentar dominante abre espaço para a discussão de novas proposições de desenvolvimento local, que incorporem não apenas variáveis técnico-produtivas, econômicas e ambientais, mas também valores sociais, éticos e culturais.

Para Chancellor (2019), Guerreiro (2008) e Ploeg (2008) a construção de experiências agroecológicas e de circuitos curtos de comercialização rompem com a dinâmica do modelo agroalimentar hegemônico pelas corporações transnacionais e se inserem no conjunto de resistências e de enfrentamentos ao agronegócio, não somente no campo econômico-produtivo, mas também, apresentam-se como fundamentos para a proposição de um modelo societário com uma racionalidade socioambiental orientada para a promoção da soberania alimentar, da justiça socioeconômica e ambiental e da democracia.

Assim, as camponesas e os camponeses, onde incluímos as famílias assentadas, podem ser compreendidas(os) enquanto segmento da classe trabalhadora (THOMAZ JR. 2006), que no contexto das contradições do sistema capitalista, ao criarem mecanismos de resistência e insubordinação, através de suas lutas e iniciativas de organização do modo de viver e produzir questionam a racionalidade capitalista e reivindicam outras de formas de relações humanas, culturais, socioambientais, de organização, gestão e uso do território e dos recursos (BARTRA VÉRGUES, 2011).

Segundo Chã, Guindani, Mancio e Matheus (2017) a produção e o acesso a alimentos saudáveis é um dos elos de contato e identidade entre trabalhadoras e trabalhadores do campo e da cidade. E as modalidades de circuitos curtos de comercialização, que promovem o contato direto entre produtor e consumidor contribuem para romper com a segregação entre



estas/estes, ao proporcionar o debate sobre os alimentos como direito humano fundamental e não como mercadoria submetida à lógica do lucro.

As práticas agroecológicas e de comercialização via circuitos curtos que recentemente tem tomado vulto no âmbito do debate da reforma agrária, demonstram a intencionalidade do MST, não apenas de recolocar a reforma agrária em pauta, mas de redimensionar o processo de luta pela terra. Representam uma afirmação e ressignificação da reivindicação histórica de distribuir terras as camponesas e camponeses pobres e democratizar a estrutura fundiária e as relações de poder que se estabelecem em torno da posse e da propriedade da terra e agregam outros componentes que contribuem para questionar a lógica do latifúndio e do agronegócio, indicando caminhos para o estabelecimento de uma nova dinâmica de relação sociedade-natureza.

Enquanto na agricultura agroecológica busca-se restabelecer o equilíbrio no balanço energético, com o uso de técnicas e tecnologias não degradantes e a minimização da utilização de insumos sintéticos de origem industrial. No caso da agricultura do agronegócio, em função de atender aos interesses do capital de produzir *commodities* para exportação, estes fatores são desconsiderados e há uma tentativa de obter produtividades cada vez elevadas, mediante o intenso uso de recursos, como combustíveis fósseis, fertilizantes sintéticos e agrotóxicos, tornando o balanço energético cada vez mais negativo e provocando desequilíbrios ambientais (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014; PRIMAVESI, 2014).

No referente aos circuitos curtos de comercialização, a pesquisa em andamento tem apontado aspectos relacionado a questão da sociabilidade tanto internamente nas áreas de acampamentos e assentamentos, quanto de relação com a sociedade, como o fortalecimento dos laços de solidariedade campo-cidade. A preocupação com os gastos energéticos ocasionados pelo deslocamento dos alimentos a grandes distâncias e a necessidade de aproximar os locais de produção e de consumo dos alimentos, também são elementos que comparecem no discurso político do MST no processo de articulação destas experiências, como demonstram as entrevistas realizadas.

É necessário pensar novas cidades, outro tipo de cidades, mais próximas da produção [...] coisa que eu acho que é fundamental, esses que você está chamando, que eu estou entendendo, de circuitos curtos, é como você diminui esse tanto de intermediários e aproxima mais de quem realmente produz perto das cidades, etc. (Entrevista com G.G.M, dirigente nacional do MST em São Paulo, em: 21 mai. 2021).



Relatos de entrevistas e análises de Bezerra, Franco, Esquerdo e Borsatto (2018) e Franques, Franco, Rissato, Carmelo, Siqueira, Buquera, Alvares e Nunes (2018) demonstram um significativo esforço das famílias assentadas no estado de São Paulo, em produzir alimentos em sistemas policulturais, sem uso de agrotóxicos e outras substâncias sintéticas, para autoconsumo e para comercialização via circuitos curtos. Entre as justificativas relatadas pelas famílias assentadas para a participação nestas experiências encontram-se a necessidade de buscar alternativas para comercialização da produção agroecológica após o corte de recursos estatais destinados aos programas de compras institucionais; a importância de manter contato com outros setores da sociedade e propagandear a produção agroecológica e oriunda das áreas de assentamentos e o prazer em estabelecer novas amizades e relações de confiança e reciprocidade com a população urbana.

AS EXPERIÊNCIAS DE CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO NO CONTEXTO DA REFORMA AGRÁRIA POPULAR NO ESTADO DE SÃO PAULO

De acordo com relatos de entrevistas, no estado de São Paulo são diversas as iniciativas de comercialização da produção dos assentamentos através de feiras da reforma agrária, CSAs (Comunidades que Sustentam a Agricultura) e entrega de cestas agroecológicas organizadas pelas famílias assentadas, geralmente contando com apoio de grupos de pesquisa e extensão universitária, organizações estudantis, sindicais, populares e culturais urbanas, além de grupos sem vínculos político-organizativos articulados em torno da busca pelo acesso a alimentos saudáveis.

A seguir no quadro 1 identificamos as experiências de Comunidade que Sustentam a Agricultura (CSA), em funcionamento no estado de São Paulo, envolvendo famílias assentadas, nas regiões de Ribeirão Preto, Sorocaba, Pontal do Paranapanema e Promissão.

Esta modalidade de comercialização tem como diferencial a corresponsabilização das(os) consumidoras(es) pelo processo de produção, de tal forma que estas(es) se autodenominam como coprodutoras(es), através de uma dinâmica de financiamento de uma família ou grupo de produtoras(es) (LEONCINI; FRANCO; ALVAREZ, 2018; FERREIRA NETO; TORUNSKY; MOLNA; GARCIA, 2018; MATHEUS, 2019). De acordo com trabalho de campo e entrevistas, ainda é uma novidade nas áreas de reforma agrária. Nas



regiões foco da pesquisa identificamos, seis iniciativas em andamento, sendo 1 na região de Ribeirão Preto: assentamento Mário Lago; 3 na região de Sorocaba envolvendo os assentamentos Bela Vista, município de Iperó e CAIC, município de Porto Feliz; 1 na região do Pontal do Paranapanema: assentamento Rodeio, município de Presidente Bernardes e 1 na região de Promissão: assentamento Dandara, município de Promissão

Quadro 1 – Experiências de CSAs envolvendo famílias assentadas nas regiões de Ribeirão Preto, Sorocaba, Pontal do Paranapanema e Promissão, estado de São Paulo

Assentamento	Município	Município de entrega e local	Organizações envolvidas
Rodeio	Presidente Bernardes	Presidente Prudente - sede a igreja messiânica	Associação das(os) assentadas(os) e igreja messiânica
Dandara	Promissão	Promissão e Lins	MST, Cooperativa das(os) assentados e coprodutoras(es)
Mário Lago	Ribeirão Preto	Ribeirão Preto	MST, Mutirão agroflorestal e coprodutores
CAIC	Porto Feliz	Boituva	Instituto Terra Viva e coprodutoras(es)
Bela Vista	Iperó	Sorocaba	Instituto Terra Viva e coprodutoras(es)
Bela Vista	Iperó	Iperó, Boituva e Tatuí	Instituto Terra Viva e coprodutoras(es)

Organização: MATHEUS, F. A. (2021).

Fonte: Trabalho de Campo - observação-participante e entrevistas realizadas pela autora (2019-2021).

No quadro 2 estão relacionadas as experiências de circuitos curtos de comercialização, na modalidade cestas agroecológicas que envolvem famílias assentadas nas regiões de Ribeirão Preto, Sorocaba, Pontal do Paranapanema e Promissão. A região onde estas iniciativas são mais expressivas é a região de Promissão, abrangendo 4 assentamentos: Laudenor de Souza, município de Piratininga; Luiz Beltrame, município de Gália; Argentina Maria, município de Guarantã e Pasto do Planalto, município de Guarantã, com entregas



sendo realizadas nos municípios de Bauru, Marília e Piratininga. Na região de Sorocaba esta modalidade não é expressiva.

Quadro 2 – Experiências de cestas agroecológicas envolvendo famílias assentadas nas regiões de Ribeirão Preto, Sorocaba, Pontal do Paranapanema e Promissão, estado de São Paulo.

Assentamento	Município	Município de entrega e local	Organizações envolvidas
Gleba XV de novembro	Euclides da Cunha Paulista e Rosana	Presidente Prudente	MST, grupos de pesquisa da UNESP-FCT e Associação Regional de Cooperação Agrícola -ARCA
Gleba XV de novembro	Euclides da Cunha Paulista e Rosana	Rosana	MST, grupos de pesquisa da UNESP-FCT e ARCA
Laudenor de Souza	Piratininga	Piratininga e Bauru	Coletivo de mulheres Mulherando e grupo de Hip Hop
Luiz Beltrame e Argentina Maria	Gália e Guarantã	Bauru e Marília	APEOESP, Sindicato dos Servidores Públicos de Marília e SESC
Pasto do Planalto	Guarantã	Bauru e Marília	Sindicato dos Servidores municipais de Marília e SESC
Mário Lago	Ribeirão Preto	Ribeirão Preto	Cooperativa Orgânica Agroflorestral Comuna da Terra

Organização: MATHEUS, F. A. (2021).

Fonte: Trabalho de Campo: observação-participante e entrevistas realizadas pela autora (2019-2021); Nunes e Marjotta-Maistro (2019).

No quadro 3 identificamos as feiras da reforma agrária organizadas pelas famílias assentadas e suas organizações na regiões de Ribeirão Preto, Sorocaba, Pontal do Paranapanema e Promissão. Os dados do quadro 2 expressam a relevância das feiras para a articulação política, de contato com a comunidade urbana nas regiões de Sorocaba e Pontal do Paranapanema, com destaque para a região de Sorocaba onde as iniciativas são articuladas a



partir de três assentamentos, com ação em quatro municípios, sendo o município de Sorocaba o município com o maior número de pontos de comercialização da produção das famílias assentadas.

Quadro 3 – Experiências de feiras da reforma agrária envolvendo famílias assentadas nas regiões de Ribeirão Preto, Sorocaba, Pontal do Paranapanema e Promissão, estado de São Paulo

Assentamento	Município	Município de entrega e local	Organizações envolvidas
Gleba XV de novembro	Euclides da Cunha Paulista e Rosana	Presidente Prudente	MST, Consulta Popular, coletivo cultural Galpão da Lua, grupos de pesquisa da UNESP-FCT e ARCA
Ipanema, Bela Vista e CAIC	Iperó e Porto Feliz	Sorocaba - praça Campolim, parque Chico Mendes, Horto, Vila Industrial e Sindicato dos Metalúrgicos	Instituto Terra Viva, Sindicato dos Metalúrgicos, UFSCar
Ipanema e Bela Vista CAIC	Iperó Porto Feliz	Boituva	Instituto Terra Viva
Ipanema e Bela Vista CAIC	Iperó Porto Feliz	Iperó	Instituto Terra Viva
Ipanema e Bela Vista CAIC	Iperó Porto Feliz	Tatuí	Instituto Terra Viva
Ipanema e Bela Vista CAIC	Iperó Porto Feliz	Araçoiaba da Serra	Instituto Terra Viva
Mário Lago	Ribeirão Preto	Ribeirão Preto	Cooperativa Orgânica Agroflorestral Comuna da Terra

Organização: MATHEUS, F. A. (2021).

Fonte: Trabalho de Campo: observação-participante e entrevistas realizadas pela autora (2019-2021); Nunes e Marjotta-Maistro (2019).

Pelos quadros acima podemos perceber o envolvimento de diversas instituições na articulação e realização das experiências de circuitos curtos de comercialização envolvendo



famílias assentadas, desde instituições de ensino, pesquisa e extensão como é o caso da UNESP e da UFSCar; organizações coordenadas pelas próprias famílias assentadas, como é o caso do MST e das associações e cooperativas até a igreja messiânica, o que indica o potencial mobilizador que a questão da alimentação tem para chamar a atenção para a necessidade de se realizar reforma agrária.

O discurso político que sustenta essas práticas está alicerçado na defesa do direito a alimentação saudável e na análise da reforma agrária como aspecto central na luta de classes na atualidade, extrapolando a contradição capital-trabalho e incorporando a questão socioambiental e da defesa dos territórios e modos de vida dos povos tradicionais. Ao mesmo tempo em que desafiam os movimentos ambientalistas a ampliarem suas agendas de luta.

Não existe luta de classes sem incorporar esse tema agrário-ambiental, mas também não tem luta de defesa ambiental que não leve em consideração os povos e seus territórios. Então, todas as pessoas que queiram fazer uma luta vazia de defesa da Amazônia, mas sem levar em consideração os povos, territórios e modos de vida é uma luta completamente esvaziada (Entrevista com K. C. M, dirigente nacional do MST, em: 20 ago. 2021).

Há uma grande diversidade de produtos comercializados por estas iniciativas, que vão desde ervas medicinais e condimentares, frutas, verduras e legumes, pães e bolachas, doces de leite e de frutas, queijos, cachaças, cervejas, mel, melado de cana, artesanatos, sementes, mudas de plantas ornamentais, livros e outros materiais de estudo e divulgação da reforma agrária e da agroecologia.

Entre frutas, verduras e legumes comercializados estão inclusas várias espécies alimentares pouco conhecidas pelas populações urbanas ou quando conhecidas são difíceis de serem encontradas nos mercados convencionais, são as chamadas PANCs – Plantas Alimentícias não Convencionais, a exemplo da ora pro nobis, beldroega, capuchinha e bortalha. Aspecto importante, a ser considerado na construção da agroecologia, sendo diretamente relacionado à soberania alimentar, pois promove o resgate dos conhecimentos populares de produção e consumo de alimentos culturalmente referenciados e diversificados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto anteriormente, consideramos os circuitos curtos de comercialização como importantes ferramentas para fortalecer economicamente as experiências de agroecologia em andamento nas áreas de assentamentos, bem como para estreitar os laços políticos e inclusive afetivos entre as populações do campo e da cidade. Sendo este um



aspecto relevante na discussão com outras famílias assentadas que ainda não estão convencidas da viabilidade técnica e econômica da agroecologia. E abre possibilidades para a territorialização de formas de gestão e uso do território a partir da produção agroecológica e a desterritorialização da produção influenciada pelo modelo produtivo do agronegócio, conformando outras formas de sociabilidade sobre o território e do território com seu entorno.

Os circuitos curtos de comercialização podem favorecer o aumento do número de produtores agroecológicos e proporcionar condições para a espacialização das experiências de produção agroecológica, contribuindo para criação de estruturas associativas, que por sua vez favorecem a diminuição dos custos e facilitam o acesso ao mercado. Aspecto essencial para a prática de preços acessíveis para as camadas mais empobrecidas da classe trabalhadora, sem sacrificar a margem de remuneração do trabalho das famílias assentadas.

Possibilitar o acesso dos segmentos da classe trabalhadora de menor poder aquisitivo a alimentos saudáveis, diversificados e a preços acessíveis, trata-se de democratizar um direito humano fundamental. E é sem dúvida é um dos principais desafios colocados para o processo de espacialização e territorialização da Reforma Agrária Popular e da agroecologia e de disputa territorial com o agronegócio, pois contribui para que os trabalhadores urbanos percebam e se conscientizem da necessidade de realização da reforma agrária.

Não trata obviamente de negligenciar o caráter capitalista da sociedade em que estas experiências estão inseridas, mas de pautar outras formas de sociabilidade capazes de questionar e inclusive propor práxis que concorram para a ampliação da correlação de forças em favor da classe trabalhadora, visando à construção de ações e lutas que concorram para a superação da racionalidade capitalista na produção de alimentos, aspecto que sintetiza os fundamentos do programa de Reforma Agrária Popular.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, P. R. R. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. Terra Livre, São Paulo, ano 19, v.2, n.21, p.25-39, jul./dez. 2003, p.25-39.

_____. Reforma agrária, caos urbano, agronegócio e pandemia. Rev. Tamoios, São Gonçalo (RJ), ano 16, n. 1, mai. 2020, p.32-38. Especial COVID-19.



BARTRA VERGÉS, A. Os novos camponeses. Leituras a partir do México profundo. São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra UNESCO de Educação do Campo e Desenvolvimento, 2011.

BEZERRA, L.P; FRANCO, F.S.; ESQUERDO, V.F.S.; BORSATTO, R. Participatory construction in agroforestry systems in family farming: ways for the agroecological transition in Brazil. *Agroecology and Sustainable Food Systems*, p.1-21, 2018. Taylor e Francis.

CASTRO, J. Geopolítica da fome. 5. ed. revista e aumentada. São Paulo: Brasiliense, 1959. Volumes I e II.

CHÃ, A.M.; GUINDANI, C.T.; MANCIO, D.; MATHEUS, A. As feiras nacionais do MST e a reforma agrária popular. In: MOLINA, M.C.; MICHELOTTI, F.; VILAS BOAS, R. V.; FAGUNDES, R. (Org.). *Práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais das ciências agrárias: reflexões sobre o Programa Residência Agrária: volume II*. Brasília: Universidade de Brasília, 2017.

CHANCELLOR, C. More farmers, better food: Why and how to put small-scale sustainable producers at the core of the new CAP. *Nyéleni Europe & Asia*, 2019.

CHEMNITZ, C.; LUIG, B.; SCHIMPF, M. *Agrifood Atlas: facts and figures about the corporations that control what we eat*. Berlin, Germany: Heinrich Boll Foundation/Rosa Luxemburg Foundation; Brussels, Belgium: Friends of the Earth Europe, 2017.

DAROLT, M. R.; LAMINE, C.; BRANDENBURG, A. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. In: *Construção social dos mercados. Agriculturas: experiências em agroecologia*, Rio de Janeiro: AS-PTA, v.10, n.2, jun. 2013.

FERNANDES, B.M. Movimento social como categoria geográfica. *Terra Livre*, São Paulo, n.15, p.59-85, 2000.

_____. Territórios da questão agrária: campesinato, reforma agrária e agronegócio. *Reforma Agrária*, v.34, n.2, p.77-93, jul./dez. 2007.

FERREIRA NETO, D. N.; TORUNSKY, F.; MOLINA, A. A.; GARCIA, E. M; AMORIM, J. O. L. As “comunidades que sustentam a agricultura” (CSA) no escoamento da produção agroecológica em São Paulo: comercialização, sensibilização e resistência. In: MING, L.C.; DO VAL, M.F.; FRANCO, F.S.; CARMO, M.S.; MOREIRA, M.S. (Org.). *Plantando sonhos*.



Experiências em agroecologia no Estado de São Paulo. Feira de Santana: Sociedade Brasileira de Etnobiologia e etnoecologia, 2018.

FRANQUES, B.; FRANCO, F. S.; RISSATO, J.; CARMELO, J.; SIQUEIRA, J.; BUQUERA, R. B.; ALVARES, S. R.; NUNES, T. P. Desafios e superação na comercialização de produtos orgânicos na região de Sorocaba. In: MING, L.C.; DO VAL, M.F.; FRANCO, F.S.; CARMO, M.S.; MOREIRA, M.S. (Org.). Plantando sonhos. Experiências em agroecologia no Estado de São Paulo. Feira de Santana: Sociedade Brasileira de Etnobiologia e etnoecologia, 2018.

GERMER, C. O sentido histórico da reforma agrária como processo de redistribuição da terra e da riqueza. Reforma Agrária, v.34, n.2, jul./dez. 2007.

GUERREIRO, L. G. Resistencias campesinas: la experiencia de las ferias francas de la Provincia de Misiones, Argentina. In: FERNANDES, B. M. (Org.). Campesinato e agronegócio na América Latina. São Paulo: CLACSO/Expressão Popular, 2008.

HOUTART, F. Dos bens comuns ao 'bem comum da humanidade'. Bruxelas/Bélgica: Fundação Rosa Luxemburg, 2011. Versão em português: CONCEIÇÃO, R. L. C. in: Disponível em: info@rosalux-europa.info. Acesso em: 30 set. 2017.

LEONCINI, P.R.A.; FRANCO, F.S.; ALVAREZ, S.M. A economia associativa na agricultura de base ecológica: um estudo de caso do CSA Demétria, Botucatu, SP. In: MING, L.C.; DO VAL, M.F.; FRANCO, F.S.; CARMO, M.S.; MOREIRA, M.S. (Org.). Plantando sonhos. Experiências em agroecologia no Estado de São Paulo. Feira de Santana: Sociedade Brasileira de Etnobiologia e etnoecologia, 2018.

MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, L. C. P. A dialética da Agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MARTINS, A. F. G. A produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: apropriação do espaço geográfico como território de resistência ativa e emancipação. 2017. 296 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

MARTINS, P. R. Reforma agrária e a questão ambiental: por uma outra concepção. In: FRANÇA, C. G.; SPAROVEK, G. Assentamentos em debate. Brasília: MDA/NEAD, 2005.



MATHEUS, F. A. A produção e a comercialização agroecológica como ferramentas para materialização da reforma agrária popular: a experiência da CSA assentamento Rodeio. Anais XX Jornada do Trabalho, p.111-126. Presidente Prudente, 2019. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1R6zsL2O_eQyH7F7a3G2IS9MP09HkfkCR/view>. Acesso em: 15 nov. 2021.

MCMICHAEL, P. Regimes alimentares e questões agrárias. 1. ed. São Paulo; Porto Alegre: Editora UNESP; Editora UFRGS, 2016.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Programa agrário do MST. São Paulo: MST, 2014.

NUNES, P. J. A experiência de comercialização através de circuitos curtos na produção agroflorestal do assentamento Mário Lago, localizado em Ribeirão Preto/SP. In: ESQUERDO, V. F. S.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Editor). Cadernos de resumos da IX Jornada de estudos em assentamentos rurais, Campinas-SP, junho, 2019. Disponível em: <<https://www.feagri.unicamp.br/jornada/2019/trabalhos>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

PLOEG, J. D. V. D. Camponeses e impérios agroalimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

PORTO-GONÇALVES; LEÃO, P. C. R. Terra, violência e conflito na formação territorial brasileira: tensões territoriais na ruptura política (2015-2019). Revista da ANPEGE, v.16, n.29, p.712-767, 2020.

PRIMAVESI, A. Manual do solo vivo. Solo sadio, planta sadia, ser humano sadio. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

SILVA, R. P. Agronegócio: um negócio global. Associação Brasileira de Reforma Agrária; Fundação Friedrich Ebert Stiftung. 2021. Disponível em: <<https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/17997.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2021.

STÉDILE, J. P. Conceitos e tipos de reforma agrária. In: STÉDILE, J. P. As experiências históricas de reforma agrária no mundo. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

THOMAZ JR., A. Se camponês, se operário! Limites e desafios para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil. Geografia e trabalho no século XXI, v.2, 2006.